



Canal Energia - 01 Abr 2004

Agentes fecham contribuição conjunta para regulamentação do modelo

Associações e empresas vão levar no próximo dia 5 documento único contendo pleitos e sugestões dos segmentos do setor

As discussões entre os agentes e o governo envolvendo o processo de regulamentação do novo modelo do setor elétrico devem avançar bastante na próxima segunda-feira, dia 5 de abril. Nesta data, está prevista uma grande reunião entre a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e representantes de associações setoriais e grupos investidores, onde será apresentado o escopo geral das contribuições dos agentes para a fase de implementação das regras.

Nesta quinta-feira, dia 1º de abril, os envolvidos na formatação de uma proposta conjunta para o governo se reuniram em São Paulo, para fechar as linhas gerais do trabalho. Entre as entidades participantes estavam a CBIEE (câmara de investidores), que sediou o encontro, além de Abradee (distribuidoras), Apine (produtores independentes), Abraget (geradores termelétricos), Abraceel (comercializadores) e ACBE (empresas concessionárias).

A coordenação e a consolidação está a cargo do presidente da CBIEE, Claudio Sales, que recebeu a incumbência a pedido da própria ministra numa reunião ocorrida no último dia 23. Desde então, a participação dos agentes na regulamentação voltou-se para a integração das propostas em comum entre os diversos segmentos da cadeia do setor. As proposições formuladas individualmente pelas associações e empresas serão unificadas num único documento.

Sem adiantar os pleitos já consolidados, Sales afirma que há entre as entidades um esforço concentrado para que as contribuições resultem no sucesso do marco regulatório. "O Brasil tem uma nova lei, e é fundamental que ela funcione bem. A regulamentação tem que estabelecer um ambiente para que as premissas do novo modelo possam ser alcançadas", avalia o executivo. Segundo ele, será levado o maior número possível de contribuições para o governo.

Detalhamento - De acordo com um dos representantes que estiveram na reunião de hoje, um dos focos do documento será a melhor adequação do tratamento dado tanto às usinas já amortizadas quanto às novas, principalmente no processo de licitação. A definição de que a energia nova no pool virá das usinas em operação desde 1º de janeiro de 2000 gerou críticas de empresas que absorveram empreendimentos por privatização, como no caso da Duke Energy.

As distribuidoras vão concentrar as ações em propostas já levadas anteriormente ao governo, como repasse dos custos de suprimento nos leilões do pool, incorporação de redes privadas e isonomia no pagamento de encargos entre consumidores cativos e livres. O presidente da Abradee, Luiz Carlos Guimarães, afirma que além de apresentarem seus pontos de vista, os agentes terão uma posição da intenção do MME em estabelecer contatos regulares nesta fase.

"Como haverá um maior detalhamento dos assuntos, pode ser que as conversas se dêem com grupos de trabalho de cada tema. Mas isso será tratado pela ministra apenas na segunda", diz Guimarães. Além das associações, o encontro do próximo dia 5 deve reunir também a Abrage (geradores) e Abrace (consumidores industriais), além das principais empresas e grupos privados e estatais, como Duke Energy, Tractebel, Iberdrola, EDF, CPFL, Rede e Cemig.